

# THALES GUARACY

# A CRIAÇÃO DO BRASIL 1600-1700

Como uma geração de desbravadores desafiou coroas, religiões e fronteiras, dando ao país ilimitadas ambições de grandeza

**2º VOLUME DA TRILOGIA FORMAÇÃO DO BRASIL**

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.

 Planeta

# THALES GUARACY

# A CRIAÇÃO DO BRASIL 1600-1700

Como uma geração de desbravadores desafiou coroas, religiões e fronteiras, dando ao país ilimitadas ambições de grandeza

2º VOLUME DA TRILOGIA FORMAÇÃO DO BRASIL

 Planeta

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.

Copyright © Thales Guaracy, 2018, 2024

Copyright © Editora Planeta do Brasil, 2018, 2024

Todos os direitos reservados.

**CONSULTORIA EDITORIAL:** Diego Rodrigues e Leonardo do Carmo (Obá Editorial)

**PREPARAÇÃO DE TEXTO:** Sandra Espilotro

**REVISÃO TÉCNICA:** Tiago Ferro

**REVISÃO:** Andressa Veronesi, Clara Diament, Cida Medeiros, Ana Grillo e Fernanda Guerreiro

**PROJETO GRÁFICO DE MIOLO E DIAGRAMAÇÃO:** Negrito Produção Editorial

**CAPA:** Estúdio Foresti Design

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Guaracy, Thales

A criação do Brasil 1600-1700 : como uma geração de desbravadores implacáveis desafiou coroas, leis, fronteiras e exércitos católicos e protestantes, dando ao país cinco dos seus 8,5 milhões de quilômetros quadrados e ilimitadas ambições de grandeza /

Thales Guaracy. – 2. ed. - São Paulo : Planeta do Brasil, 2024.

432, [16] p.

Bibliografia

ISBN 978-85-422-2805-2

1. Brasil – História – 1600-1700. I. Título.

24-3297

CDD: 981

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil – História

Ao escolher este livro, você está apoiando o  
manejo responsável das florestas do mundo

2024

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA PLANETA DO BRASIL LTDA.

Rua Bela Cintra 986, 4º andar – Consolação

São Paulo – SP – 01415-002

[www.planetadelivros.com.br](http://www.planetadelivros.com.br)

[faleconosco@editoraplaneta.com.br](mailto:faleconosco@editoraplaneta.com.br)

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.

## CAPÍTULO 1

# O Brasil português

### PODER UNIFICADO

Em 1578, uma tragédia teve grande influência no destino de Portugal e Espanha, as duas grandes potências emergentes da Europa, bem como no de suas colônias na América – mudaria o mapa político e religioso do planeta e, em particular, determinaria o futuro do Brasil. Aos 24 anos, o rei de Portugal, dom Sebastião I, já lendário por ter sido aguardado dos 3 aos 19 anos para sua coroação, o que lhe rendeu o epíteto de “O Desejado”, desapareceu em meio à Batalha de Alcácer-Quibir, contra os mouros, no Marrocos.

Para lá, levou seu exército, com a fina flor dos nobres cavaleiros portugueses, bem como mercenários flamengos, alemães, italianos e espanhóis, com a intenção de desalojar os “infiéis” do Norte da África e de compensar, com terras férteis, o declínio progressivo dos negócios de Portugal com as Índias Orientais.

Desde o início do século, os portugueses enfrentavam sérias perdas para os mouros na África, com a ascensão da dinastia Saadi, que retomou de Portugal a cidadela de Marrakech, em 1528, e em 1541 a fortaleza de Santa Cruz do Cabo Guer, em Agadir. Com isso,

os portugueses foram obrigados a abandonar também Safim e Azamor. Sob o domínio português, restaram Ceuta, Tânger e Mazagão, importantes entrepostos para a navegação, mas isolados em território inimigo e dispendiosos para a Coroa.

Um oportunista histórico, Abu Marwan Abd al-Malik I, com apoio do sultão turco-otomano Murad III, que lhe deu 10 mil soldados, avançou sobre as terras dos Saadi e completou a conquista do Marrocos ao tomar Fez, Marrakech e Rabat do mulei Abu Abdallah Mohammed Saadi II. Destituído de seu reino, este pediu apoio ao monarca português, oferecendo-lhe em troca terras e a própria Coroa do Marrocos. Sequioso por estar à altura das lendas que o cercavam, dom Sebastião não precisava de outro pretexto para entrar em guerra.

Mesmo com a recusa de ajuda pelo tio, o rei Filipe II, da Espanha, a quem de nada servia o Norte africano, ou por interesse no fracasso do sobrinho, o rei partiu. Levou consigo o maior exército já enviado à África até então: 24 mil soldados portugueses, além de 5 mil mercenários e aliados, em cerca de mil navios. Depois de reforçar seu contingente com 7 mil soldados do sultão deposto, dom Sebastião fez suas tropas percorrerem a pé o trajeto de 35 quilômetros entre Arzila e Larache, em vez de se manter próximo à costa, onde podia contar com o apoio da artilharia naval portuguesa. Deteve-se 15 quilômetros depois de Larache, na aldeia de Douar Skouna, em 3 de agosto, a caminho de Alcácer-Quibir (“grande fortaleza”, em árabe).

Ladeado por dois rios, o exército português ficou encurralado quando surgiram adiante e na retaguarda os 61 mil homens do exército de Abd al-Malik, conhecido como o Mulei Moluco: 41 mil cavaleiros e 20 mil soldados de infantaria e arcabuzeiros mouros, andaluzes e turcos. Possuía ainda 26 peças de artilharia, entre elas um célebre canhão de bronze, o Sidi Mimoun, com quase 5 metros de comprimento e 12 toneladas – hoje a maior atração entre as 1.100

peças do Bjorn Nord Army Museum, museu militar da cidade marroquina de Fez.

Os acontecimentos da batalha, no dia 4 de agosto de 1578, foram cantados em prosa e verso. O exército marroquino se dispôs em meia-lua. O português formou um quadrado, que visava menos a estratégia militar do que proteger mulheres e crianças, abrigadas no centro da formação. Dom Sebastião comandou pessoalmente a ala de cavalaria pesada.

Na primeira carga da sua própria cavalaria, após a fuzilaria inicial, os muçulmanos desbarataram o exército português. A infantaria portuguesa avançou, e parecia furar as hostes muçulmanas pelo meio, mas distanciou-se do restante das tropas, teve de recuar e acabou cercada. A meia-lua então se fechou sobre os portugueses e seus aliados.

Sem dom Sebastião, que caiu no início dos combates, o comando ficou com o mulei Mohammed. Em quatro horas, 8 mil integrantes da coalisão de portugueses e soldados do sultão morreram e 16 mil foram feitos prisioneiros – somente uma centena conseguiu escapar. Nenhum dos três reis envolvidos saiu vivo do embate. Dom Sebastião jamais teve seu corpo encontrado. Na tentativa de escapar ao massacre, Mohammed morreu afogado no rio Oued El-Makhzen. Malik também foi vencedor morto: encontrava-se doente, e teria sucumbido à enfermidade, durante o esforço de incentivar os homens na investida.

Alcácer-Quibir, conhecida como “a batalha dos três reis”, acabou tragicamente para todos, vencidos e vencedores.

O trono de Portugal ficou sem herdeiro. O desaparecimento do corpo de dom Sebastião alimentou diversas lendas de que ele estaria vivo e ressurgiria. Surgiu o “sebastianismo”, expressão da esperança popular pela volta de um líder salvador. Na “alucinada aventura de Alcácer-Quibir”, como a definiu Afonso Taunay, desaparecia não somente o rei, com também a dinastia de Avis, iniciada em 1385 com

a assunção de dom João I, e boa parte da nobreza de Portugal. Um golpe duro para o país, que perdeu um rei sem descendentes e teve toda a sua elite dirigente subitamente destroçada.<sup>1</sup>

Sem dom Sebastião, os membros do Conselho de Governadores do Reino de Portugal optaram por repetir uma escolha testada e segura: alçaram novamente ao trono o cardeal infante dom Henrique, que já havia governado o país como regente, durante a maior parte da infância de dom Sebastião, de quem era tio-avô. Quinto filho do segundo casamento de dom Manuel I, dom Henrique assumira o trono com a retirada de dona Catarina, viúva de seu sobrinho João III, que perdera não somente o marido, como também nove filhos e herdeiros, numa verdadeira maldição familiar, deixando apenas o neto como sucessor ao trono.

Durante seu primeiro governo, o cardeal-regente empregara no poder secular a mão de ferro da Inquisição portuguesa, de influência decisiva na colonização do Brasil. Investira de grande poder os jesuítas, que no Brasil por vezes falavam acima do governador-geral, inclusive na gestão de Mem de Sá. Autorizara o massacre dos hereges canibais, os indígenas tupinambás, e dos hereges protestantes, que ameaçavam a hegemonia portuguesa, consolidando a colônia na costa brasileira. Dado o declínio do comércio com as Índias Orientais, incentivara no Nordeste brasileiro a indústria açucareira, nova riqueza mundial, e passara praticamente a dominar o mercado de escravos, não apenas indígenas caçados na floresta tropical brasileira como negros da costa africana.

Quando retornou ao trono, dom Henrique já tinha 70 anos – idade extraordinariamente avançada para a época, em que a maioria das pessoas não ultrapassava a marca dos cinquenta. Morreu dois anos depois, em 31 de janeiro de 1580. Como cardeal, preso ao voto de castidade, não deixou herdeiros nem sucessores. Mais uma

---

1 TAUNAY, Afonso de Escragnoille. *História das bandeiras paulistas*. São Paulo: Melhoramentos, 1953

vez, o trono português estava vago. Antes de morrer, dom Henrique formou uma junta com cinco membros para decidir quem seria o novo rei de Portugal após sua morte.

De acordo com o direito natural, que conferia o poder aos descendentes ou, na sua falta, ao parente mais próximo do rei – nem sempre o melhor método, porém o mais prático e teoricamente menos sujeito a disputas –, a Coroa pendia igualmente sobre a cabeça de três netos de dom Manuel I, seus principais postulantes. Os dois primeiros eram Catarina, infanta de Portugal e duquesa de Bragança, e dom Antônio, prior do Crato.

O terceiro era o rei Filipe II, da Espanha.

Homem de testa ampla, retratado sempre austeramente em trajes pretos de gola rendada, como costume entre os nobres da época, Filipe II, alcunhado “O Sábio”, já era quase uma lenda em seu próprio tempo. Nascido em Valladolid, em 21 de maio de 1527, filho de Carlos V de Habsburgo com a filha de dom Manuel I, dona Isabel de Portugal, teve preceptores portugueses desde a infância – além de latim, falava o português perfeitamente.

Em 25 de julho de 1554, aos 27 anos, tornou-se rei da Inglaterra, por seu casamento com a rainha Maria, de 37 anos. Apenas na véspera do casamento encontrou pessoalmente a esposa, que aceitou o matrimônio depois que seu pai, Carlos V, abriu mão da Coroa de Nápoles e da reivindicação do reino de Jerusalém em favor de sua futura esposa. Ficou conhecida entre os ingleses como “Maria, a Sanguinária”, pela forma impiedosa com que restabeleceu o catolicismo como religião oficial em seu país e perseguiu os protestantes. Foi ironicamente celebrizada pelo Bloody Mary, clássico drinque associado à rainha pela cor vermelha e os ingredientes fortes: vodka com suco de tomate, temperado com uma carga de pimenta.

Na Inglaterra, Filipe II era considerado um rei consorte, embora tivesse os mesmos títulos que a mulher, recebesse por contrato as



mesmas honras e sua efígie fosse cunhada com a dela nas moedas da época. Em outubro de 1555, tornou-se regente dos reinos da Espanha, enquanto Carlos V administrava o Sacro Império Romano-Germânico. Em janeiro de 1556, recebeu do pai em definitivo as coroas de Aragão e Castela, o que fez dele rei da Espanha, da Sicília e dos Países Baixos.

Logo em seguida, em junho, o pai transmitiu-lhe também o condado da Borgonha. Seu poder se estendia às ilhas Canárias e Maiorca, a Córsega, Milão e Nápoles. Na África, possuía diversos domínios ao longo da costa, como Túnis e Orão. E havia ainda a colônia ultramarina do Novo Mundo, do qual os espanhóis tinham ficado com a parte oriental – maior, mais rica e promissora.

Junto com esse vasto império, Filipe herdou problemas de larga escala. Era preciso grande esforço financeiro para manter tal poder e fortalecê-lo. E ele tinha grandes inimigos políticos, como a França de Enrique II, que, ao assumir o trono, rompeu a Trégua de Vaucelles, acordo de paz assinado em 5 de fevereiro de 1556 pelos respectivos países, Carlos V e Francisco I da França.

Com o fim do tratado, que cessara as disputas entre os países na Itália por nove anos, a contenda se reabria. Nos Países Baixos, uma revolta de nobres buscava forçar sua independência do Império Espanhol. Voltava-se contra Filipe II também a Inglaterra, país cujo projeto de união com a Espanha morrera junto com a rainha Maria, de frágil constituição, vitimada por uma gripe epidêmica em 1558, antes que eles tivessem um herdeiro.

Como seus antecessores, Fernando e Isabel de Castela, unificados da Espanha, Filipe II assumiu a tarefa de fazer prevalecer o catolicismo, não somente pela histórica ameaça muçulmana mas também pelo protestantismo emergente na Europa. No entanto, para afirmar seu poder imperial – da mesma forma que seu pai, Carlos V –, ele confrontou o próprio papa, que reinava como um governante secular a partir de Roma e era aliado dos franceses.

Em 1556, as tropas espanholas sob o comando de Fernando Álvarez de Toledo y Pimentel, o duque de Alba, vice-rei de Nápoles, célebre militar, conhecido como o “Duque de Ferro”, derrotaram as forças de Paulo IV. Subjugado, o sumo pontífice foi obrigado a pedir a paz, que Filipe II concedeu. Diplomáticamente, o duque de Alba pediu perdão em nome de Filipe II pela invasão dos domínios papais, que lhe foram restituídos depois da submissão. O imperador espanhol mostrara sua força.

Filipe II foi implacável com os hereges e os rebeldes mouros que deflagraram uma rebelião em Granada, entre 1557 e 1570. Para combatê-los, colocou à frente das tropas João de Áustria, também filho de Carlos V, seu irmão bastardo. Vencidos, os rebeldes foram presos e deportados. Contra os franceses, lutou pelo controle de Nápoles e Milão, vencendo as batalhas de Saint-Quentin, em 1557, e Gravelines, em 1558. Como pagamento de uma promessa pela vitória em San Quentin, fez construir o célebre mosteiro El Escorial, onde passou a residir durante parte do tempo.

Em 1571, participou da chamada Liga Santa, convocada pelo papa Pio V, integrada também pela República de Veneza e os Cavaleiros de Malta, além dos Estados Papais. Com 208 galés e 6 galeaças, supernavios de guerra com 44 canhões, sob o comando de João de Áustria, a liga venceu em 7 de outubro o combate naval contra 230 galés turcas na costa da Grécia, na Batalha de Lepanto – da qual participou Miguel de Cervantes, autor de *Dom Quixote*. Com a derrota, os turcos tiveram de abandonar Chipre, conquistada pelos venezianos. O Mediterrâneo era então hegemonia cristã.

Com a morte de dom Henrique, em 1580, imediatamente os membros do Conselho de Governadores do Reino de Portugal apoiaram majoritariamente Filipe, que os alimentava com dinheiro desde a morte de dom Sebastião I, antevendo aquela oportunidade. Um grupo de emissários partiu para a Espanha, com a finalidade de declará-lo sucessor legal de dom Henrique. Os outros postulantes

ao trono se revoltaram. O prior do Crato repudiou a escolha de um monarca estrangeiro e se fez aclamar rei de Portugal em 24 de julho, em Santarém. Outras cidades aderiram, e ele, mesmo contra o Conselho, alojou-se na capital.

Diante daquela manobra, Filipe II invadiu Portugal. Aquartelado em Badajoz, enviou adiante suas tropas, sob o comando do duque de Alba. Este marchou sobre Setúbal. Dominado o Alentejo, seguiu para Cascais, na esquadra do marquês de Santa Cruz. Entrou em Lisboa com um terço, unidade militar utilizada tanto no exército espanhol quanto no português, inspirada nas legiões romanas, com cerca de 3 mil homens de infantaria munidos de lanças compridas, ao modo das antigas falanges, além de arcazeiros e besteiros. Em 25 de agosto, o duque derrotou na Batalha de Alcântara as forças do prior do Crato, sob o comando de dom Diogo Meneses, e perseguiu-o até o Minho.

Não obstante o propósito de governar o país, o exército espanhol saqueou Lisboa e seus arredores. Entre contentes e descontentes, não restava dúvida aos portugueses sobre quem era o novo rei.

Em 1581, depois de uma entrada gradual, na qual foi recebendo pelo caminho sinais de vassalagem em troca de favores, Filipe II criou as chamadas Cortes de Tomar, com o objetivo de arrefecer os ânimos dos opositores da unificação das Coroas. Iniciadas em 16 de abril no convento de Cristo, na cidade de Tomar, essas comissões para a discussão da unificação reuniam representantes da nobreza, do clero e do povo – o “terceiro Estado”.

Na realidade, não passava de um jogo de cena para legitimar o rei, que comprava a boa vontade dos políticos portugueses em moeda sonante – as então chamadas “mercês”, que tinham o sentido de “graça”, “benefício” ou “favor”, origem da tradicional prática de corrupção da política brasileira como mera parte do sistema. Para mostrar indulgência, Filipe II baixou um édito de perdão para os

partidários de dom Antônio, com a exceção dos que se mantinham na clandestinidade.

Em Tomar, foi redigida uma carta-juramento de 25 normas com as quais o rei se comprometia para ter os portugueses como súditos. Entre elas, manter os costumes, a lei, a moeda e o governo próprios, assim como o uso da língua portuguesa nos documentos oficiais. Filipe II aceitava que o príncipe herdeiro do trono fosse educado em Lisboa, com preceptores portugueses, como ele próprio fora. Manteve ainda privilégios e primazias da elite portuguesa, como o controle por navios portugueses do comércio com o Brasil.

Dessa forma, a Espanha conservava para Portugal certa autonomia, como já havia feito em outros reinos. Seu império era na prática uma confederação, ou “uma entidade política plural, um conglomerado de reinos em torno de suas respectivas casas reais (Aragão, Navarra, Castela, Borgonha, Nápoles, Sicília e, finalmente, Portugal), sem mais identidade que a de ter um mesmo soberano e professar a mesma confissão”, de acordo com o historiador Manuel Rivero Rodríguez.<sup>2</sup> Com isso, conservava a fidelidade da elite local, embora subordinada localmente a um vice-rei, nomeado por Filipe II, e aos conselhos administrativos, que levavam ao rei em Madri as decisões mais importantes.

Sacramentado pelas Cortes de Tomar, Filipe II de Espanha foi coroado Filipe I de Portugal. Terminou de pacificar o reino ao submeter a ilha Terceira, no arquipélago dos Açores, último reduto de dom Antônio, onde a efigie do concorrente chegou a ser cunhada nas moedas. Na resistência, dom Antônio recebeu o apoio da França. Diante das naus espanholas, sob o comando do marquês de Santa Cruz, a esquadra francesa sucumbiu na Batalha Naval de Vila Franca, em 26 de julho de 1582. A ilha rendeu-se a Filipe II no ano seguinte.

---

2 RODRIGUES, Manuel Rivero. “Uma Monarquia de casas reales y cortes virtuales”. In: “La Monarquia de Felipe III”, Vol. IV, Fundación Mapfre, Instituto de Cultura, Madri, 2008.

Em 1583, Filipe II voltou à Espanha. Deixou no governo em Lisboa, no posto de vice-rei, um sobrinho, o cardeal-arquiduque Alberto Ernesto de Habsburgo, ou Alberto VII de Áustria. E, por via das dúvidas, seu homem de guerra, o duque de Alba. Também como garantia, renomeou todos os membros do Conselho de Portugal.

Ao encampar o mundo português, o reinado filipino englobava na Europa toda a Península Ibérica, os reinos de Nápoles, da Sicília, da Bélgica, dos Países Baixos, de Luxemburgo e de uma parte da França. Nos territórios ultramarinos, incluía todo o continente americano, com exceção de algumas ilhas antilhanas e partes dos Estados Unidos e do Canadá. Da Terra do Fogo ao futuro Alasca, nascia uma cordilheira de cidades fundadas com a bandeira da Espanha.

O mundo de Filipe II abarcava ainda as ilhas do extremo leste das Américas, chamadas de Filipeias, as ilhas ao sul do Pacífico (hoje Filipinas) e possessões espanholas e portuguesas na África: Ceuta, Melilha, Mazalquivir, Orão, Angola, Moçambique e as ilhas da Madeira, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Canárias. Estava encravado na Índia, Pérsia, Indochina e Arábia. Na Oceania, eram espanholas as Molucas e a Ilha de Páscoa, no meio do oceano Pacífico, assim como as ilhas Marianas e Carolinas.

Era simplesmente o mais vasto império já visto na história, geopoliticamente poderoso e influente como o romano e maior em extensão que o de Gengis Khan: o “reino onde o sol jamais se põe”, como se tornaria conhecido. Além de impressionante pela vastidão, nele se encontravam os negócios mais prósperos da época, das minas de prata em Potosí, na Bolívia, ao comércio de escravos indígenas e negros na África. O que faria o padre Antônio Vieira referir-se ao soberano da Espanha como “o rei Planeta”, ao redor do qual gravitavam, como satélites, legiões de aduladores.

No caso do Novo Mundo, a conquista espanhola não havia sido menos épica que a empreendida pelos portugueses para consolidar a colônia do Brasil. Depois do desembarque de Cristóvão Colombo,

os espanhóis primeiro chegaram à costa do Pacífico cruzando o istmo do Panamá, com Vasco Núñez de Balboa, um ex-tratador de porcos endividado em Hispaniola, que buscava ouro e pérolas e cometia atrocidades como atirar aos cães como repasto os habitantes de uma aldeia onde se horrorizou com a homossexualidade – Leoncico, seu cão favorito, tornou-se tão célebre pela crueldade quanto seu dono.

A improvável conquista do México se deu por um golpe de malícia. Em 1519, Hernán Cortés arrostou tropas astecas contadas aos milhares com apenas 508 soldados espanhóis, 100 marinheiros e 16 cavalos, animal desconhecido dos pré-colombianos, que lhes despertava terror de bestas mitológicas. Assim chegou às portas da capital: Tenochtitlán, cidade insular com 60 mil habitantes, palácios luxuosos e templos piramidais, origem da atual Cidade do México.

Aproveitou uma audiência com o rei Moctezuma para tomá-lo como refém e obrigá-lo a declarar subordinação à Coroa espanhola. Assim, com um punhado de homens, e a ajuda de uma amante indígena, doña Marina, que lhe servia também de intérprete, Cortés subjugou uma nação inteira e inundou a Espanha com o ouro mexicano.

A partir das riquezas do México, a chamada Nova Espanha cresceu. Seguiu-se a tomada do Império Incaico, no Peru, por Francisco Pizarro, trujillano que se aproveitou da momentânea divisão do reino entre dois irmãos, Atahualpa e Huáscar, após a morte de seu pai, Huayna Capac. Ex-integrante da expedição de Balboa, Pizarro empreendeu duas expedições, a segunda das quais com três caravelas que zarparam do Panamá. Por terem chegado do oceano, os incas chamavam os espanhóis de *viracochas*, “filhos da espuma do mar”.

O exército de Pizarro consistia em 180 homens e 27 cavalos, mas isso bastou para inspirar o terror nos adversários. “O que mais os atemorizou foi vê-los [aos espanhóis] disparar os arcabuzes, porque entendiam que eram relâmpagos e trovões, e, vendo coisas para eles nunca imaginadas, foi fácil vencê-los, e acreditavam que homem e

cavalo eram tudo uma mesma peça”, relata-se na *Descrição geral do reino do Peru*.<sup>3</sup>

Em 1532, assim como Cortés, Pizarro tomou como refém o rei Atahualpa, na cidade de Cajamarca, onde o filho do Rei-Sol tomava banho nas suas célebres águas medicinais. Recebeu pesadas compensações para libertá-lo, assim como a seu irmão, também aprisionado. Atahualpa lhe ofereceu um “tambo” (uma casa) cheio de ouro pelo seu próprio resgate, mas, em vez de liberá-lo, o comandante espanhol executou os dois irmãos em praça pública com o garrote.

Com o assassinato dos reis, Pizarro abafou a resistência inca e apoderou-se de um império com 985 mil quilômetros quadrados e 16 milhões de habitantes, segundo o sofisticado recenseamento criado pelo Rei-Sol. Um reino “rico e poderoso, onde se encontram ricas minas de prata, ouro, mercúrio, chumbo, estanho e cobre, abastecida de todo gênero de sustento”, como o definiu a *Descrição geral do reino do Peru*.

De acordo com o mesmo documento, suas cidades eram ligadas por estradas pavimentadas de pedra polida, irradiadas a partir de Cusco, sua capital, nas faldas dos Andes peruanos, às portas da selva amazônica. Pizarro levou ainda o Império Espanhol por mais 3.200 quilômetros de costa abaixo, com as expedições de um de seus homens, Pedro de Valdivia, que enfrentou os indígenas araucanos para ocupar o que se tornou o vice-reino do Chile.

Em 1540, Francisco Vázquez de Coronado, oficial do vice-rei do México, dom Antonio de Mendoza, à frente de 336 soldados, 1.300 voluntários indígenas, cinco sacerdotes e 59 cavalos, fez a Nova Espanha ganhar a América do Norte. Subiu pela costa ocidental do Novo México, em busca das lendárias Sete Cidades de Cíbola, um reino com urbes supostamente maiores que as espanholas, descrito por frei Marcos de Niza, enviado previamente por Mendoza à região.

---

3 BRANCO, Isabel Araújo Branco. GARCÍA, Margarita Eva Rodriguez (eds.). *Descrição geral do reino do Peru, em particular de Lima*, obra atribuída a Pedro de León Portocarrero. Lisboa: Centro de História de Além Mar (CHAM), 2013.

Depois de 2.500 quilômetros em 135 dias de jornada, Coronado achou apenas Háwikuh, *pueblo* indígena do povo zuni no Novo México. Lançou seus homens pelas Montanhas Rochosas e o deserto do Arizona, até alcançar o atual estado do Kansas e, a norte, o Grand Canyon, no rio Colorado, na Baixa Califórnia. Não encontrou ouro nem cidades encantadas, o que levaria Niza à desgraça, mas explorou metade do que são hoje os Estados Unidos.

As conquistas do México e do Peru impulsionaram o Império Espanhol ao seu esplendor máximo. Os desafios da costa do Pacífico, com suas riquezas, pareciam tão maiores e lucrativos que o Brasil se encontrava em último lugar na lista dos esforços de colonização. Mesmo os portugueses, uma vez unidas as Coroas de Portugal e Espanha, trataram de rumar para as ascendentes colônias espanholas. Bandeirantes caçadores de escravos avançaram pelo sertão rumo a Assunção e Tucumán. Negociantes portugueses se instalavam em prósperas cidades como Lima, Quito e Cartagena das Índias, na atual costa da Colômbia.

Como fonte de escravos negros para o trabalho na nova colônia, em especial as minas de prata, Filipe II via em Angola muito mais importância estratégica do que no Brasil. Para ele, a antiga colônia portuguesa era ainda menor do que alegavam os portugueses. De acordo com o geógrafo português João de Barros e seu consultor Giovanni Battista Gesio, a linha de Tordesilhas, para os portugueses então uma linha entre Cananeia e Belém, devia passar na realidade na altura de Cabo Frio. “*Todo lo más es de Castilla*”, afirmava, em 1579, em uma sentença que se tornaria célebre. Maior ou menor, o Brasil não importava muito.

“Se em 1580 as colônias portuguesas influenciavam as ações espanholas, eram as especiarias das Índias e os escravos da África Ocidental que mais atraíam Filipe II”, afirma o historiador Stuart



Schwartz.<sup>4</sup> “Embora mostrasse sinais de crescimento depois de 1570, o Brasil nos anos 1580 ainda era o rabo final do império. Sua população europeia vivia precariamente sob a ameaça dos ataques de indígenas e rivais europeus [...]. Ao contrário da América espanhola, ao Brasil faltava imprensa, universidade; possuía poucos edifícios nobres e aparentemente lhe faltavam riquezas minerais.”

Com o conjunto das posses portuguesas, onde o Brasil só mais tarde se destacaria, com a indústria açucareira, Filipe II tinha o que precisava para mais que rivalizar com as potências marítimas emergentes, em especial os Países Baixos e a Inglaterra. Criou sua “Idade de Ouro” – expressão cunhada originalmente pelo historiador George Ticknor em 1849 para designar justamente esse período histórico do Império Espanhol, assentado sobre o ouro e a prata das possessões no Peru e no México. O El Escorial, cuja arquitetura visava simbolizar em Madri a grandeza do império, se tornou um dos mais ricos museus do mundo.

O ouro também financiava as artes. Revelou na Espanha uma geração fulgurante de pintores, entre eles El Greco, Juan de Ribera e Diego Velázquez. Floresceram as letras. Na poesia, a era de Filipe II gerou Calderón de la Barca, Garcilaso de la Vega, Luis de Gôngora, Francisco de Quevedo. Na comédia, Lope de Vega. Surgida em panfletos difundidos nos anos 1550 com o romance anônimo intitulado *Lazarillo de Tormes*, a novela picaresca ganhou no reinado de Filipe II sua obra-prima: *Dom Quixote de la Mancha*, de Miguel de Cervantes, publicada em 1605 – não somente retrato da transição da era medieval para a moderna, como também obra clássica basilar de toda a literatura contemporânea.

Desenvolveu-se a própria civilização ocidental. De 50 milhões de habitantes no início do século XVI, durante o Império Filipino a Europa triplicaria sua população em dois séculos. Começava um novo ciclo de consumo e de produção. Faziam-se roupas de algodão e de

---

4 SCHWARTZ, Stuart. *Op. cit.*

linho, mais baratas, e açúcar – cuja indústria em série começava a impulsionar os engenhos do Novo Mundo, assim como a exploração da prata. “O padrão de vida dos povos foi se alterando rapidamente”, assinala Roberto Simonsen.<sup>5</sup>

Havia uma competição por terras, mercados e religiões, que completava o final do ciclo da Idade Média, em transição para o surgimento do capitalismo industrial. “Para que tal sistema econômico pudesse prosseguir na sua fase evolutiva, tornou-se necessária a mais ampla liberdade individual, quanto à locomoção, política e aquisição da propriedade”, afirma Simonsen. “Dessa liberdade, resultaram a emulação e o espírito de competição que alcançaram, já em nossos tempos, tão grande acuidade.”

Os interesses de Filipe II coincidiam com os da Igreja Católica, que não via limites territoriais para a fé e estendia seus tentáculos no Novo Mundo, numa época em que o islamismo era a religião predominante do Oriente Médio até o Norte da África e a Europa encontrava-se sob a influência crescente do protestantismo. Não bastava ter expulsado os conquistadores muçulmanos da Europa, a guerra na qual portugueses e espanhóis tinham forjado seu caráter indômito e sua identidade nacional. Era preciso garantir a qualquer custo que o futuro do mundo fosse cristão – tarefa que faria do catolicismo a religião mais difundida do globo e transformaria o Brasil no maior país católico do mundo.

## SIGNO DA GUERRA

Com ajuda do destino e da espada, Filipe II concretizou o grande sonho de seus antepassados. A União Ibérica não foi importante somente para que ele reabastecesse seus cofres, exauridos em

---

5 SIMONSEN, Roberto. *História Econômica do Brasil: 1500-1820*. 4. ed. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicação, 2005.

campanhas militares. Consolidou um projeto político, econômico e religioso alimentado por séculos, tanto por portugueses quanto por espanhóis, dada sua proximidade geográfica, idiomática, cultural e histórica.

Portugal e Espanha sempre nutriram uma relação de irmãos em conflito, com interesses divergentes, tanto quanto semelhanças e afinidades que não os deixavam se afastar. Estavam próximos, a começar pela origem: designação da província romana que unira os povos locais, “Hispânia” (aportuguesada como “Espanha”) era a palavra latina que, em qualquer das línguas ibéricas, nomeava toda a península.

Ao justificar sua iniciativa de invadir o Norte africano, dom Sebastião I referia-se por essa denominação a Portugal e os reinos de Aragão e Castela. “Assim, pela natureza da mesma terra, como por seu grande poder, que quando assim acontecesse, o que Deus não permita, visto é quantos males sem remédio poderiam recrescer a toda Espanha [...]”, escreveu o rei, em 1576, ainda na esperança de contar com o apoio de seu tio Filipe II em uma ação conjunta.<sup>6</sup>

Em 1630, o bispo Lourenço de Mendonça, natural de Sesimbra, ao sul de Lisboa, comissário do Santo Ofício em Potosí, defendia junto a Filipe IV iguais direitos aos portugueses em relação aos espanhóis nas colônias do Novo Mundo, alegando que eram “puros e legítimos espanhóis, e tão próximos de Castela”.<sup>7</sup>

A ideia da necessidade da unificação ibérica existiu desde o ano 711, quando as primeiras tropas do general Tárique chegaram da África, cruzando o estreito de Gibraltar, e venceram Rodrigo, último rei visigodo da Hispânia, dando início a oito séculos de dominação moura no sul da península. A essa região os árabes denominaram Al-Andalus – nome de origem controversa, provavelmente derivada

6 “Carta a João de Mendonça sobre a jornada da África”, 1576.

7 *Suplicación a su Magestad Católica del Rey nuestro señor, que Dios guarde. Ante sus Reales Consejos de Portugal y de las Indias, en defensa de los Portugueses*, Madri, 1630. In: CARDIM, Pedro. “El Estatuto de Portugal en la monarquía española en el tiempo de Olivares”. *Pedralbes*, n. 28, 2, 2008, pp. 521-552.

do *tamazight*, língua dos berberes do Norte da África, que chamavam o antigo território visigodo de *tamort u-andalus*, ou “terra dos vândalos”. O nome passou a ser Al-Andalus, com o artigo árabe, e, mais tarde, Andaluzia.

A resistência visigótica formou-se ao norte, nas Astúrias, sob o comando de dom Pelágio, nobre de origem obscura e biografia épica, que adquiriu contornos mitológicos. Refugiado nas montanhas das Cangas de Onís, depois de escapar da prisão do governador muçulmano Munuza, Pelágio reinou em uma caverna que funcionava de forma improvisada como igreja e palácio real – a simbiose que seria a marca de seus sucessores.

Dali, partia com seus homens em raides contra cidades islâmicas e aldeias antes habitadas por cristãos. Da guerrilha, passou para a guerra. A Batalha de Covadonga, em 722, contra forças muçulmanas muito superiores, que teria vencido restando-lhe apenas uma dezena de homens, se tornou o marco inicial da retomada das terras da península aos “infiéis”: a chamada “Reconquista”.

A partir das Astúrias, os hispano-godos e lusitano-suevos começaram a descer as serras ao norte, em combates que aos poucos foram desenhando os reinos feudais sob a égide do cristianismo. Surgiram os reinos de Castela, Pamplona, Aragão e Leão. Para muitos castelhanos, assim entendidos como os nativos do reino original de Castela, sediado em Madri, os portugueses não eram menos hispânicos (ou espanhóis) que os aragoneses ou bascos.

O domínio do Império Otomano sobre a Península Ibérica dava aos reinos que compunham Portugal e Espanha um sentido e uma força missionária à defesa da terra: a luta contra os muçulmanos. Isso fazia ambas as nações, nascidas sob o signo da guerra contra os “infiéis”, se irmanarem como cavaleiros cruzados. “A Península Ibérica formou, plasmou e constituiu a sociedade sob o império da guerra”, afirmou o sociólogo Raymundo Faoro.<sup>8</sup> E era uma guerra de

---

8 FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*. São Paulo: Globo, 1958.

orgulho religioso. Na sua carta sobre a jornada da África, dom Sebastião I afirmava que a “Espanha” (Portugal, Leão e Castela) era “da cristandade o que se pode dizer que é hoje a melhor e maior parte”.

Separados politicamente, espanhóis e portugueses estavam ligados por essa ancestralidade, a herança romana do catolicismo, o sentido missionário da cruzada e também a língua, então muito mais próxima do que se tornou na era contemporânea. Poema considerado por filólogos o primeiro texto em português, divergindo do tronco comum latino que daria de um lado o espanhol e de outro a “última flor do Lácio, inculta e bela”, como a definiu o poeta Luís Vaz de Camões, a “Cantiga da Ribeirinha” é datada de 1198.

Afonso VII, filho de Raimundo de Borgonha e Urraca I de Leão e Castela, primeiro rei da Casa de Borgonha, foi também o primeiro a tentar unificar a península como um reino católico. Rei da Galícia em 1111, de Leão a partir de 1126, com a morte da mãe, rei de Castela por um acordo de paz com Afonso I de Aragão, e rei de Toledo a partir de 1127, depois da guerra que patrocinou após a morte do antigo rival, autoproclamou-se imperador da Hispânia em 1135. Foi coroado na catedral de Leão, com a presença de todos os reis peninsulares, menos um: dom Afonso Henriques, de Portugal.

Suas ambições minguaram com o tempo. Em 1143, teve de reconhecer a independência de Portugal, a coroa de dom Afonso Henriques e a união de Raimundo Berengário IV e Petronila de Aragão, que criou a Coroa de Aragão. Enfrentou ainda a resistência dos mouros almorávidas, que mantinham a Andaluzia à força da cimitarra. Avançou até Córdoba, em 1144, mas foi obrigado a fazer um pacto de defesa com seus antigos oponentes, para defender-se de um perigo ainda maior: a invasão do território pelos almóadas. O projeto da Hispânia ainda levaria muito tempo para se consolidar.

A segunda cruzada, convocada em 1145 pelo papa Eugênio III, fez Afonso VII tomar o porto de Almería, aliado ao reino de Aragão e

Navarra, e o condado de Barcelona, que perdeu novamente em 1157. Rei guerreiro, morreu na volta de uma expedição contra os almóadas. Por ironia, o homem que queria unificar a Península Ibérica foi quem mais a dividiu, deixando o reino de Castela ao seu primogênito, Sancho, e o reino de Leão a Fernando.

A Espanha começou a formar-se como Estado somente a partir do casamento de Isabel de Castela e Fernando de Aragão, em 1479, que reuniu as duas casas dinásticas, sem, no entanto, transformá-las em uma só – a fusão política dos dois reinos somente seria oficializada bem mais tarde, em 1516. A união com a Coroa portuguesa poderia ter acontecido antes, pelo casamento de dom Manuel I de Portugal com a infanta espanhola Isabel de Aragão, filha de Fernando e Isabel. A união das Casas de Aragão e Castela com Portugal completaria a unificação, coroamento da Reconquista, depois da expulsão definitiva dos mouros, em 1492, por Fernando e Isabel, conhecidos como os “Reis Católicos”.

Com a resistência da Casa de Aragão, ficou estabelecido que a Coroa seria unificada com a ascensão ao trono do futuro filho de dom Manuel I e Isabel de Aragão. O futuro rei de Portugal e Espanha, cujo nascimento custou a vida da mãe, falecida no parto em 1497, foi chamado de “Miguel da Paz” para celebrar a unificação das Coroas. Intitulado “príncipe de Portugal e das Astúrias”, foi criado pelos avós. Porém, morreu aos 3 anos, quando dom Manuel I ainda mandava as primeiras caravelas para explorar a costa sul-americana.

A morte era um fator político frequente nas cortes daquele tempo. Com a morte de Isabel no parto de Miguel da Paz, e do próprio Miguel ainda criança, assumiu as Coroas de Castela e Aragão a irmã de Isabel, Joana, que, por seu casamento com Filipe, duque da Borgonha, levaria a corte espanhola para a casa dos Habsburgo. Em Portugal, dom Manuel I, que também casara sua filha Isabel com Carlos V da Áustria, imperador Habsburgo, de quem era prima, viu seus sonhos de grandeza brilharem primeiro por conta própria. Portugal ganhou impulso com as navegações para as Índias Orientais e

levou Portugal à sua era de ouro, o que daria ao monarca o epíteto de “O Venturoso”.

O que unia portugueses e espanhóis era também o que os separava. Com os mesmos desafios comerciais, cada qual do seu lado, criaram uma feroz rivalidade na disputa pelas rotas do Oriente, acelerada desde a segunda metade do século XIV, sobretudo depois de 1453, com a tomada pelos turcos otomanos de Constantinopla – a cidade que ocupava os dois lados do istmo por onde se fazia a transição continental da Europa para a Ásia.

“Para os europeus ocidentais era crucial o intercâmbio mercantil com o Oriente, já que dali provinham as especiarias e diversos produtos de luxo”, afirma o historiador José de la Puente Brunke. “Finalmente, por seus empenhos em chegar ao Oriente, os castelhanos encontraram um Novo Mundo, e os portugueses, por sua parte, chegaram ao Levante por meio da circum-navegação da África.”<sup>9</sup>

Mesmo com a fragmentação da península após a invasão dos visigodos e a vocação para o expansionismo marítimo, que frequentemente alimentava disputas e rivalidades, ambas as nações mantinham o inimigo em comum, que desde o início os colocava do mesmo lado. Dom Manuel I fez seu sucessor com outra irmã mais nova de Isabel, Maria de Aragão: o futuro rei João III. E Portugal e Espanha namoravam o projeto de dividir entre si um futuro planeta com predomínio católico.

Embora parecesse o caminho mais improvável, a morte dos filhos de dom João III, sua própria morte, a do neto dom Sebastião I e por fim a de dom Henrique, afinal encerraram a dinastia de Avis e permitiram, com a assunção de Filipe II, nomeado também Filipe I de Portugal, a consolidação do Império Hispânico.

Cuidadoso com os portugueses, Filipe II procurou ferir o mínimo possível de suscetibilidades e garantir certa estabilidade, o

---

9 BRUNKE, José de la Puente. *La Mirada Portuguesa al Perú de los siglos XVI y XVII. Descripción general do Reino do Peru, em particular de Lima*. Lisboa: Universidade de Lisboa. 2013. pp 68-98.

que prevaleceu em seu reinado e no de seu sucessor, seu filho Filipe II de Portugal e III de Espanha. De maneira a restabelecer a elite portuguesa, o monarca pagou pesado resgate para trazer de volta das prisões mouras os nobres aprisionados em Alcácer-Quibir. Distribuiu títulos e levou muitos deles para a corte espanhola.

Sua preocupação com a autonomia e a preservação do orgulho português foi tamanha que chegou a causar ciúme – ou interesses prejudicados – na corte espanhola, conforme registrou o prelado Pedro Valenzuela: “Com tantas prerrogativas estava unido Portugal, que em certo modo ficou superior a Castela, pois sua nobreza ocupava os maiores postos da monarquia, sem que os castelhanos pudessem ocupar os seus, desigualdade que ainda era de ponderar em reinos iguais, ainda mais sendo Castela um reino muito mais poderoso”.<sup>10</sup>

Talvez para evitar uma rebelião de sua própria nobreza, após cogitar transferir a sede da corte e a administração do reino para Lisboa, em 1562, Filipe II decidiu manter-se em Madri. O reino implicava um grande esforço de gerência, em face da sua dimensão planetária. Para a gestão de tudo aquilo, Filipe II consagrou o sistema dos *Consejos*, que representavam e discutiam no palácio real as demandas de reinos e domínios, apresentando seu parecer ao rei, que ouvia e dava a decisão final. Havia conselhos territoriais, como os de Castela, de Aragão, de Navarra, da Itália, das Índias, de Flandres e o conselho de Portugal. E também um conselho de guerra, com poderes sobre todos os reinos e territórios ultramarinos, incluindo o Brasil.

Personificação do monarquismo absolutista na Europa, Filipe II centralizava a administração e a fiscalização do reino e dava a palavra final. Profissionalizou os gabinetes, delegados a secretários oriundos da classe média. Com isso, afastou dos assuntos de Estado

---

<sup>10</sup> CARDIM, Pedro. “Portugal unido y separado. Propaganda y discurso identitario entre Austrias y Braganzas”. *Espacio, Tiempo y Forma*, n. 25, 2012.



os nobres, que nem sempre eram os administradores mais competentes, e frequentemente se envolviam em disputas. Reformou a legislação, fez o recenseamento da população e protegeu as prerrogativas da Igreja, fortalecida pela Inquisição, como forma de neutralizar o protestantismo em todo o reino.

Portugal passou a ser uma peça dentro do grande mecanismo filipino. Criado em 1582, o conselho de Portugal tinha um presidente e um grupo de quatro a seis conselheiros. Levava ao rei e a tribunais as decisões locais que dependiam de referendo de Filipe II ou da Justiça e depois encaminhavam a decisão de volta à chancelaria em Lisboa. As leis portuguesas foram reformadas segundo as chamadas Ordenações Filipinas, código civil que permaneceu como base da jurisprudência no Brasil até o século XIX.

Apesar disso, graças às decisões em Tomar, os portugueses mantinham relativa autonomia. Foi preservado o Desembargo do Paço, ou Conselho de Justiça, em Lisboa – o tribunal de recursos, última instância do sistema judiciário português. Independentemente de qualquer organismo espanhol, controlava a nomeação dos magistrados e juízes e supervisionava a Casa de Suplicação, o tribunal de apelações, outro dos três principais tribunais seculares do reino. O terceiro era a Mesa da Consciência e Ordens, tribunal e conselho para assuntos religiosos e das ordens militares no país e suas colônias. Com três tribunais – em Lisboa, Coimbra e Évora –, a Mesa funcionava como um foro laico paralelo à Inquisição portuguesa.

O vice-rei de Portugal, membro da família real, assessorava-se com o Conselho de Estado de Lisboa, organismo sem função executiva, com quem discutia as questões de Estado, em especial as que envolviam a Coroa espanhola e a política exterior. Havia dois secretários de Estado, um para o reino e outro para a “Índia” – as colônias –, até a criação do Conselho da Índia, em 1604, que duraria até 1614. Foram unificadas as “vedorias” da Fazenda, que passaram

a formar um único conselho, administrador do tribunal de contas, das alfândegas e dos negócios ultramarinos.

Filipe II também manteve a subordinação do Brasil à administração portuguesa, assim como a fronteira de Tordesilhas. Com isso, procurava evitar conflitos no Novo Mundo. Ainda assim, a união das Coroas portuguesa e espanhola sob um único cetro criou uma janela rara no tempo, que estimulou o avanço tanto de portugueses quanto de espanhóis na América nos antigos territórios de um e de outro.

Não havia uma moeda única na colônia: tanto a portuguesa quanto a espanhola passaram a circular, conforme observaram de passagem por Salvador em 1598 o governador do Rio da Prata, Diogo Rodrigues de Valdés, e o viajante francês Pyrard de Laval, em 1612. Nos inventários e testamentos dos cartórios em São Paulo, registravam-se dívidas igualmente em *reales* e *pesos*, de acordo com levantamento do historiador Rodrigo Ceballos, da Universidade Federal Fluminense.<sup>11</sup>

“Pode-se dizer que a Espanha também viveu sob o signo português”, afirma Ceballos. “Famílias lusitanas, fiéis aos Habsburgo, mantiveram forte influência na corte madrilenha, servindo como conselheiros. Tratavam muitas vezes de assuntos que iam além das questões do reino português.” Negociantes portugueses se estabeleceram em cidades espanholas como Sevilha, que se tornou “refúgio de judeus conversos, geralmente comerciantes lusitanos detentores do tráfico ultramarino e conhecedores das Índias castelhanas”, completa Ceballos.

A presença de espanhóis na colônia portuguesa da América já existia. “Sempre houve espanhóis no empreendimento brasileiro”, afirma Stuart Schwartz.<sup>12</sup> A única condição para a distribuição de

11 CEBALLOS, Rodrigo. Os notáveis do Porto: redes de poder luso-espanholas na Buenos Aires do século XVII. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23, 2005, Londrina. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz. Londrina: ANPUH, 2005. CD-ROM.

12 SCHWARTZ, Stuart. *Op. cit.*

sesmarias a novos proprietários nas capitanias brasileiras era a de que fossem católicos. Entre 1591 e 1593, já no período filipino, de acordo com registros da Inquisição hispânica, cujo objetivo principal era identificar a presença de judeus convertidos como cristãos-novos (cerca de 10% da população), o pesquisador Tarcízio Rego Quirino verificou que os espanhóis eram 38,7% dos habitantes de origem não portuguesa no Brasil. “Justifica-se sua presença na colônia, visto que Portugal e Espanha estavam na época sob uma Coroa única”, escreveu.<sup>13</sup>

Como a maioria dos imigrantes, os espanhóis davam preferência à Bahia, sede do governo-geral. Porém, tinham forte presença em São Paulo, que sempre rondara o separatismo. “Os espanhóis eram membros ativos das expedições paulistas”, afirma Schwartz.<sup>14</sup> “Tinham por certo que a capitania de São Vicente e quase todo o sertão brasílico antes de muitos anos tornariam a unir-se às Índias de Espanha, ou pela força das armas, ou pela indústria, se os paulistas caíssem no desacordo de se desmembrarem de Portugal”, afirma Afonso Taunay.<sup>15</sup>

A aceitação do domínio espanhol na colônia não foi unânime. Havia disputas e rivalidades: espanhóis eram vistos como usurpadores de negócios no Brasil, tanto quanto os portugueses causavam desconforto nas cidades de origem colonial espanhola. Nas querelas, os portugueses os chamavam de “galegos sujos”, o que podia resultar em brigas mortais. “A maior parte das reclamações, porém, era de abusos cometidos por grupos de espanhóis, mais do que contra o colono, individualmente”, afirma Schwartz.

A presença dos soldados espanhóis em Salvador era vista pelos portugueses como um sinal de ocupação, além de uma despesa

13 QUIRINO, Tarcízio do Rego. *Habitantes do Brasil no fim do Século XVI*. Recife: Imprensa Universitária, 1966.

14 SCHWARTZ, Stuart. *Op. cit.*

15 “A reintegração de São Paulo no império português colonial e o episódio de Amador Bueno”, in: Congresso do Mundo Português, IX, pt 1. Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários, 1940. pp. 267-88.

irritante, já que o pagamento do seu soldo vinha dos impostos. Os portugueses consideravam a União Ibérica mais um acidente passageiro do que um destino histórico. De acordo com os arquivos da Torre do Tombo, o governo colonial em Salvador reconheceu o domínio espanhol formalmente por ordem da Coroa somente dois anos depois da União Ibérica, em 19 de maio de 1582.<sup>16</sup>

Apesar das rivalidades, os portugueses notavam as vantagens da união. Ainda que administrativamente as colônias de Portugal e Espanha no Novo Mundo continuassem separadas, com restrições administrativas para se passar de um lado ao outro, uma geração de aventureiros portugueses sentia-se mais livre para avançar sobre o território espanhol, onde se encontravam as maiores riquezas do continente, e os indígenas remanescentes.

Assim, dariam início a um período de aventuras e lutas que, ao cabo, gestaria o maior país da América Latina – e quarto maior do planeta. Levariam abaixo uma divisão criada para fender o mundo e espalhariam as raízes do catolicismo numa escala que o consolidaria, mudaria a configuração das religiões e a própria face da Terra.

## LINHAS IMAGINÁRIAS

Bem antes da assunção de Filipe II às duas Coroas, tanto portugueses quanto espanhóis navegavam uns em terras e águas dos outros e transgrediam acordos mútuos, criando cizânias pelo mundo. “Há muito que os marinheiros e mercadores portugueses entravam clandestinamente em território espanhol”, escreveu o historiador Fernand Braudel. “De cada um que vislumbramos, cem nos escapam.”<sup>17</sup>

16 In: *As gavetas da Torre do Tombo*, Gaveta XVII, fls. 7-8.

17 BRAUDEL, Fernand. “Os portugueses e a América Espanhola: 1580-1640”. In: *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII*. Lisboa: Teorema, 1992.

A primeira barreira oficial para evitar maiores conflitos entre portugueses e espanhóis foi criada pelo Tratado de Alcáçovas, de 1479, que visava acomodar interesses na África, com a descoberta da Costa da Mina, ou São Jorge da Mina, impulsionadora do comércio de marfim e escravos. O tratado estipulava um paralelo na altura das Ilhas Canárias, que dividia o mundo em 2 hemisférios, ao norte para Espanha, ao sul para Portugal, que tinha assim protegidos seus direitos sobre a principal região fornecedora de mão de obra escrava do continente africano.

Mais tarde, por conta desse tratado, os espanhóis recorreram ao papa Alexandre VI, aragonês de Valência, para evitar a reivindicação portuguesa de direito também às terras “descobertas” por Cristóvão Colombo na América Central, em 1492. Estava na tradição tanto de portugueses quanto de espanhóis reconhecer a autoridade de Roma na solução de impasses de natureza temporal. Esse suposto poder baseava-se num antigo édito do imperador Constantino, que atribuíra ao papa Silvestre a soberania sobre as ilhas de todo o planeta. Por conveniência, estendiam esse atributo a todas as terras descobertas, o que transformava o sumo pontífice numa espécie de arbitrador imobiliário.

Para acomodar a divisão do Novo Mundo, em 3 de maio de 1493, por meio da Bula *Inter Coetera*, o papa estabeleceu uma nova linha, 100 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde, além das quais as terras seriam espanholas. As terras a leste pertenceriam a Portugal. Pela bula, ficavam preservados os direitos anteriores nas terras conhecidas sob o controle de “Estados cristãos”.

Os termos da bula não agradaram a João II de Portugal. Além de ver em xeque direitos que julgava adquiridos, o rei previa confusão, já que na decisão papal um meridiano anulava o que havia sido estabelecido por um paralelo, criado no tratado anterior. E nem existiam instrumentos necessários para medir com precisão onde essa linha se encontrava. Ele então sugeriu diretamente aos reis da Espanha, Fernando e Isabel, mover a linha mais para oeste, atendendo

ao seu próprio interesse de ficar com um pedaço do Novo Mundo, munido do argumento de que, como ela contornava o globo, eles seriam favorecidos na Ásia.

Os reis espanhóis a princípio recusaram a ideia, mas aceitaram discuti-la por meio de diplomatas na cidade de Tordesilhas. Firmado em 1494, o tratado abolia acordos anteriores e estabelecia para Portugal as terras “descobertas e por descobrir” antes da linha imaginária que passava a 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde. Para a Espanha, ficava tudo além dessa linha, o que incluía as terras encontradas por Colombo no ano anterior.

Assinado pela Coroa da Espanha em 2 de julho e pela de Portugal em 5 de setembro, o acordo mantinha os direitos portugueses sobre as ilhas do Atlântico, que serviam de passagem e suporte às expedições ao Oriente. E lhe deixava um trecho da costa brasileira, que os portugueses usariam como entreposto para cruzar o Atlântico mais ao sul e contornar a África em direção às Índias Orientais. Em 1506, seis anos após a viagem de Pedro Álvares Cabral que inaugurou essa rota, o tratado foi ratificado pelo papa Júlio II.

Mais que uma regra de boa convivência, as duas potências ultramarinas emergentes reafirmaram mutuamente por Alcáçovas e depois Tordesilhas a prevalência de seus direitos diante de outros potenciais reclamantes – em especial a França, os Países Baixos e a Inglaterra. Ao repartirem entre si os mundos “descobertos e a descobrir”, Portugal e Espanha, na prática, estabeleciam também uma aliança para proteger mutuamente seus interesses diante de outras nações.

Para estabelecer onde passava Tordesilhas, dom João III enviou em fins de 1501 uma expedição sob o comando de Gonçalo Coelho com o cartógrafo italiano Américo Vespúcio. Este estimou que Tordesilhas passava na região da ilha de Cananeia, a *marataiama* (“lugar onde a terra encontra o mar”, em tupi), povoada pelos indígenas carijós, do tronco guarani. Foi Gonçalo Coelho quem provavelmente deixou ali um degredado, Cosme Fernandes, bacharel português,

cristão-novo, e um marco na ponta da ilha do Cardoso, que provavelmente acreditavam pertencer ao continente.

Os portugueses foram bem recebidos pelos carijós, que chamaram a chegada das caravelas de *mutupapaba* (“coisa maravilhosa”), e o marco de Itacoatiara (“risco na pedra”) ou Itacuruçá (“cruz de pedra”), que ficou sendo seu nome. Como aconteceu com João Ramalho, Fernandes também se casou com a filha de um cacique, Ariró, que assim buscava os favores divinos com aqueles homens que inicialmente os indígenas chamavam de “caraíbas”, como seus grandes pajés, pelos estranhos poderes que os tinham trazido desde o outro lado do mar. Em 15 de janeiro de 1528, Diego Garcia, passando por lá, relatou ter encontrado o “Bacharel de Cananeia”, um “rei branco” entre os indígenas, com seis mulheres, mais de duzentos escravos e mil guerreiros dispostos a lutar por ele, “que vive ali faz bem trinta anos e tem muitos genros”.

Apesar dessa definição, Tordesilhas não resolveu tudo. Se já era uma linha imprecisa, deixava margem ainda maior a interpretações do outro lado do planeta. Quando o governador português no Oriente, Afonso de Albuquerque, conquistou Malaca, em 1511, portugueses e espanhóis descobriram que vinham desse arquipélago, hoje as Filipinas, a noz-moscada e o cravo – as especiarias mais valiosas. Para assegurar seus direitos de comércio ali, Portugal construiu em Ambão o Forte de São João Baptista de Ternate, erguido por Francisco Serrão, que funcionava também como feitoria.

“Nos primeiros tempos do século XVI, não convinha a Portugal que o limite ocidental da Terra de Santa Cruz se aprofundasse pelo continente”, afirmou o economista Roberto Simonsen.<sup>18</sup> “Se o meridiano divisor entrasse em demasia pelo continente americano, as Molucas passariam a fazer parte do hemisfério espanhol [...]. Daí a estranha atitude dos delegados portugueses, procurando, nesse

---

18 SIMONSEN, Roberto. *História Econômica do Brasil: 1500-1820*. 4. ed. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicação, 2005.

tempo, fazer com que as 370 léguas, que marcariam a locação do meridiano, não fossem contadas a partir da parte mais ocidental das ilhas de Cabo Verde como desejavam os espanhóis.”

Os espanhóis não ficaram contentes. Imaginaram que poderiam reivindicar a posse de Malaca se encontrassem um caminho para as ilhas das especiarias pelo seu lado da linha demarcatória. E passaram a empreender viagens exploratórias com o objetivo de encontrar uma passagem para o Pacífico, fosse atravessando por terra o Novo Mundo – o que causaria por acidente a descoberta de indícios de ouro e prata no Peru –, fosse por mar.

O primeiro explorador importante a tentar encontrar o caminho ocidental para o Pacífico por via marítima foi Juan Díaz de Solís, ou João Pedro Dias de Solis, aventureiro de nacionalidade incerta, que começou a carreira como navegador na armada da Índia, mas teria fugido de Portugal por um crime passional: assassinara sua mulher. Transformou-se em corsário a serviço da França e depois da Espanha.

Membro da expedição de Vicente Yáñez Pinzón em 1508, Solís foi sucessor de Américo Vespúcio como piloto-mor na Casa da Contratação de Sevilha, responsável pelo recrutamento das tripulações da armada espanhola. Em 1512, recebeu do rei Fernando II de Aragão a missão de demarcar a fronteira entre Portugal e Espanha e encontrar a passagem ocidental para Malaca. Sua frota, com três caravelas, estava lotada de portugueses, como Henrique Montes, o lisboeta Diogo Garcia, o piloto Aleixo Garcia e Francisco Chaves.

Ao explorar o estuário do rio da Prata, em 1516, Solís encontrou indígenas que lhe falaram de ricas minas de ouro e prata rio acima. Desejou logo explorá-las, mas a frota foi atacada na ilha Martín García por indígenas charruas ou, mais provavelmente, guaranis – segundo se dizia, Solís foi despedaçado e devorado conforme o ritual canibal dos povos do tronco tupi.



Na volta, uma das três naus onde estavam os sobreviventes, sob o comando do piloto real Francisco Torres, cunhado de Solís, separou-se das demais e naufragou na costa da ilha de Santa Catarina. Entre os 18 sobreviventes estava o português Aleixo Garcia, que sonhava com as riquezas incas, de cuja existência teve confirmação pelo relato dos indígenas com os quais conviveu.

De volta à Espanha, Aleixo Garcia armou sua própria expedição de retorno. Desembarcou no porto de Patos, na ilha de Santa Catarina, e no verão de 1524 fez a travessia continente adentro, até o alto Paraguai. Teve ajuda de indígenas avás, do tronco tupi-guarani, que conheciam bem o Peabiru – rede de caminhos que os indígenas utilizavam para avançar pelo sertão até o alto rio da Prata, com ramificações ao sul e ao norte, até alcançar os Andes. Pelo Peabiru, Aleixo Garcia levou quatro meses de porto dos Patos ao rio Paraguai – ou *payaguá-i*, em tupi, “água dos paiaguás”, comunidade que dominava a região.

Atravessou a região da atual cidade de Cochabamba, na Bolívia, e subiu os Andes na altura do lago Titicaca, no altiplano andino, até alcançar o Tawantinsuyu – o Império Inca, na língua quíchua. Com seus homens, atacou os postos de fronteira, perto de onde é hoje a cidade de Sucre. Em 1526, chegou a cerca de 150 quilômetros das minas de Potosí (“montanha que tropeja”, em quíchua), nas terras de Huayna Capac – o “rei branco”, como o chamavam os guaranis –, então monarca de Cusco, capital de pedra engastada em ouro.

Garcia encontrou e saqueou o mitológico Eldorado, mas os indígenas paiaguás mataram a maioria dos expedicionários no seu retorno, na localidade de San Pedro de Ycuamandiyú – incluindo o próprio Garcia. O destino da expedição foi trágico, mas estava provada a viabilidade de alcançar o Peru pelo sul, em vez de pelas rotas que seriam empreendidas pelos espanhóis a partir da América Central – somente mais tarde, em novembro de 1532, Francisco Pizarro iniciaria a conquista do Peru por ali.

Apesar do que aconteceu com Solís, desviado de seu propósito original, os espanhóis não desistiram da ideia de alcançar Malaca pelo seu lado da Terra. Usaram, para isso, uma contribuição de Francisco Serrão, da fortaleza portuguesa de Ternate. Aliado do sultão Bayan Sirrullah, governador de Ternate, de quem se tornou conselheiro, Serrão era também muito próximo do navegador Fernão de Magalhães. Suas cartas a Magalhães, português de Sabrosa, no Douro, contribuíram para que este convencesse a Coroa espanhola a financiar nova viagem por mares “não portugueses” até Malaca. Em 1519, a esquadra contornou o sul do continente americano, passando pelo estreito que ganhou o seu nome.

Celebrizada como a primeira circum-navegação da Terra, a expedição de Magalhães alcançou o seu verdadeiro objetivo, que era chegar até Malaca, mas o reencontro de Serrão e Magalhães jamais aconteceu: o primeiro morreu na ilha de Tidor, perto de Ternate, em circunstâncias nunca explicadas, enquanto quase ao mesmo tempo Magalhães parecia com uma flechada no rosto em combate na ilha de Mactán, em Cebu. Apesar da ausência de seu comandante, o sucesso da expedição de Magalhães em seguir rumo ao oeste até alcançar Malaca, retornando à Espanha pelo Atlântico, permitiu aos espanhóis questionarem se pelo Tratado de Tordesilhas as ilhas não estariam do seu lado, o que reabriu a disputa.

João III de Portugal e o imperador Carlos I de Espanha decidiram então não enviar mais ninguém a Malaca enquanto não se elucidasse de que lado de Tordesilhas – português ou espanhol – o arquipélago se encontrava. Em 22 de abril de 1529, chegaram a um acordo, assinado por ambos os imperadores na cidade aragonesa de Saragoça. Os portugueses ficavam com Malaca, pagando aos espanhóis 350 mil ducados de ouro – dinheiro que à Espanha interessava, por conta das despesas da guerra contra Francisco I da França e a Liga de Cognac, primeira reunião da Liga Santa. O dinheiro deveria ser devolvido, caso se verificasse, mais tarde, que as ilhas Molucas se encontravam em território português.

Com a revisão do tratado, o rei dom João III viu o direito de empurrar a linha mais para oeste também no Brasil. Nesse avanço, a fronteira chegava à bacia do Prata, o que era conveniente ao projeto de alcançar as riquezas incas. Para desenvolvê-lo, dom João III enviou ao Brasil em 1530 a expedição de Martim Afonso de Sousa, que, além de estabelecer novos marcos de fronteira, deveria começar o processo de colonização para a ocupação da terra. Pensava o rei em implantar no Brasil a produção do açúcar de cana, uma riqueza crescente, que já vinha sendo bem-sucedida nos Açores e na Madeira. E ter uma base para explorar as lendárias riquezas peruanas.

Ex-combatente ao lado das tropas espanholas de Carlos V contra os franceses, Martim Afonso recebeu a denominação de “capitão-mor da armada, da terra do Brasil e de todas as terras que ele achar e descobrir”.<sup>19</sup> Não por coincidência, as mesmas palavras do texto de Tordesilhas. A carta de nomeação assinada pelo rei lhe dava também o direito de explorar e reconhecer territórios e distribuir terras em nome de Portugal.

A expedição zarpou de Portugal a 3 de dezembro de 1530 em duas caravelas e um galeão – grande embarcação de guerra, com capacidade para 400 a 800 tripulantes, pranchas de mais de 5 palmos no costado, feitas para resistir a tiros de canhão de grosso calibre. Levava consigo nobres da Casa Real portuguesa e suas famílias, sinal do primeiro esforço real de ocupação da costa brasileira para a colonização.

A esquadra desceu de Pernambuco até muito além de Cananeia, aceita como o limite anterior de Tordesilhas. Martim Afonso alcançou o Prata, mas não foi muito além de sua foz, onde quase uma dezena de marujos morreu num naufrágio durante uma tempestade – ele mesmo se salvou por pouco, a nado. Enquanto a esquadra se refazia dos danos, enviou seu irmão Pero Lopes, numa embarcação menor, para explorar a foz e fixar um novo marco para a divisa entre as posses de Portugal e da Espanha.

---

<sup>19</sup> Arquivo real de dom João III, livro 41, fl. 103.

Em 12 de dezembro de 1531, Pero Lopes delimitou a posse portuguesa com duas pedras padrão, inscritas com a Ordem Militar de Cristo, em Ibicuí, no rio Paraná. Não foi mais longe por receber notícia da proximidade dos indígenas charruas, que receava serem os mesmos que tinham atacado e dizimado a tripulação da esquadra espanhola de Juan Díaz de Solís, em 1515.

O relato de Pero Lopes, ao voltar, fez seu irmão concluir que entrar pelo rio, como faziam os espanhóis, seria contraproducente. Mas eles não desistiram: apenas mudaram de estratégia. Ao retornar, fizeram uma parada mais demorada em São Vicente, ilha colada ao continente, que já funcionava como escala para as naus que percorriam a rota das Índias Orientais pela corrente do Atlântico.

Ali os portugueses se abasteciam com o degredado João Ramalho, casado com Bartira – filha do cacique Tibiriçá, chefe dos guaianases –, e com outras mulheres indígenas, o que incluía uma irmã da própria Bartira. Sua influência se estendia da faixa litorânea ao vasto planalto alcançado pela penosa subida da serra do Mar, de onde partia um importante ramo do Peabiru sertão adentro.

Com seus muitos casamentos e filhos, que selaram alianças familiares e de guerra com os indígenas carijós e guaianases, num verdadeiro exército particular, Ramalho era o aliado ideal na montagem de um entreposto para o comércio de pau-brasil e a captura de indígenas para trabalho escravo, base da futura colonização do interior. Com os homens de Ramalho, Martim Afonso poderia partir para o território dos espanhóis. Aparelhou uma primeira expedição, liderada por seu capitão Pero Lobo Pinheiro, para testar o trajeto de “200 léguas de sesmaria”, aproximadamente 1.400 quilômetros, até Assunção, no Paraguai.

Servia como guia o português Francisco Chaves, sobrevivente da fracassada expedição de Juan Díaz de Solís, que, ao lado de Gonçalo da Costa, deixara o grupo de naufragos de Francisco Torres e Aleixo Garcia em porto dos Patos, em Santa Catarina, e subira por 300 quilômetros até Cananeia, na esperança de ser resgatado por caravelas

europeias. Recolhido por Pedro Annes, piloto da flotilha de Martim Afonso, numa viagem de reconhecimento ao sul, era considerado um conhecedor da terra e também já ouvira falar do “rei branco”, assim como Aleixo Garcia.

A expedição, de noventa homens, com quarenta besteiros e outros quarenta espingardeiros, além de indígenas, saiu de Cananeia em 1º de setembro de 1531. Porém, foi dizimada pelos guaranis quando atravessava o rio Iguazu, no Paraná, perto das suas célebres cataratas. Martim Afonso recebeu a notícia do final trágico da expedição ainda antes de voltar a Portugal. Em vez de mudar de ideia, convenceu-se de que devia fortalecer aquela posição. Embora tivesse deixado bois e colonos em Pernambuco e na baía de Todos os Santos, estabeleceu ali o principal núcleo colonial português no Brasil. Fundou a vila de São Vicente, em 22 de janeiro de 1532.

Foi a primeira das sete povoações que consolidaram a presença portuguesa na costa brasileira durante o reinado de dom João III, seguida por Porto Seguro, na Bahia, a vila do Espírito Santo, Olinda, Santos e Salvador. A 2 léguas, Sousa fundou a Vila do Porto de Santos, na qual deixou Brás Cubas, seu imediato, como alcaide-mor. Serviria ao mesmo tempo de porto para o tráfico de madeira e escravos e ponto de partida para futuras incursões pelo Peabiru rumo ao interior do continente.

Em São Vicente, cuja administração deu a Francisco Pinto, Martim Afonso fez o primeiro engenho de açúcar, batizado de São Jorge, e manteve ali os mais importantes colonos portugueses de sua comitiva, com sementes e cabeças de gado. Em 1553, São Vicente foi oficializada como vila, com a presença de Antônio de Oliveira, capitão-mor, e Brás Cubas, nomeado provedor da Real Fazenda, de acordo com as atas da Câmara Municipal. João Ramalho ficou em Santo André, no alto da serra do Mar, entrada para o planalto, por isso chamada Santo André da Borda do Campo.<sup>20</sup>

---

20 Arquivos da Câmara de São Paulo, caderno 1 da vila de Santo André, tit. 1553, pp. 1-11.

Martim Afonso entregou o comando militar a Ruy Pinto e Pedro de Goes, com a instrução de combater os indígenas, auxiliados por Ramalho, responsável pela guarda do recém-construído forte de São João de Bertioga. Trincheiras foram cavadas ao redor de Santo André, contra os ataques dos tamoios que vinham da serra de Paranapiacaba e também do litoral acima de Bertioga até Cabo Frio. “Sustentou por espaço de três anos contínuas guerras com os bárbaros indígenas das nações carijós, guaianases e tamoios”, escreveu o historiador Pedro Taques de Almeida Paes Leme.<sup>21</sup> “Na posse da liberdade natural, reputavam em menos as vidas que a sujeição do poder estranho.”

Já prevendo dividir em capitanias as terras da futura colônia, dom João III dissera a Martim Afonso, antes da partida, que escolhesse as que desejava. Das 15 capitanias hereditárias, formadas em 1534 por linhas paralelas entre a foz do Amazonas, no extremo norte, e o sul de São Vicente, os irmãos Martim Afonso e Pero Lopes ficaram com quatro. Conforme resolveu, Martim Afonso recebeu São Vicente: uma extensão para o interior de 100 léguas de costa entre Cananeia, ao sul, e Bertioga, ao norte – que, no futuro próximo, com o extermínio dos tupinambás, se estenderia até a baía de Guanabara.

Pero Lopes recebeu da Coroa duas capitanias: a de Itamaracá, ao norte da baía de Todos os Santos, incluindo a ilha onde ficava sua principal povoação, a Vila da Conceição; Santo Amaro, na faixa entre as atuais cidades de Caraguatatuba e Bertioga; e Santana, de Cananeia a Laguna, hoje estado de Santa Catarina.

A ideia de Martim Afonso de alcançar o interior pelo Peabiru precedeu até mesmo os povoamentos espanhóis. Somente em 1535, dom Pedro de Mendoza y Luján, primeiro governador da província

---

21 LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. “História da Capitania de São Vicente”. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1777.

do Prata, fundou na margem sul do estuário do Prata o porto defendido por duas fortalezas que se chamou Santa Maria del Buen Ayre, madrinha dos navegantes sevilhanos, depois Buenos Aires. Luján montou sua expedição com dinheiro próprio, 3 mil ducados. Era composta por 3 mil homens, de 11 a 14 navios, e levava a obrigação de transportar colonos, construir estradas desde o rio da Prata até o oceano Pacífico e fundar 3 fortes.

Dali, Luján enviou rio acima Juan de Ayolas, e, no ano seguinte, Juan de Salazar y Espinosa, que levantou outro forte no rio Paraguai, como apoio aos comboios que subiam o rio em direção às minas de ouro e prata no Peru. Habitada por duas aldeias de indígenas guaicurus, Assunção se tornou um importante entreposto, sobretudo depois da destruição de Buenos Aires pelos indígenas *querandíes*, em dezembro de 1536.

Derrotado, Luján foi obrigado a escapar no meio da noite e refugiar-se no forte Sancti Spiritus, levantado dez anos antes por Sebastião Caboto no rio Carcarañá, onde é hoje a cidade argentina de Santa Fé. Isso não significava vida mais fácil: os guaicurus eram indígenas ferozes, que andavam nus, cavalgavam e disparavam o arco com destreza e degolavam os inimigos.

Para consolidar a colônia no Novo Mundo, o rei decidiu então enviar para lá um homem extraordinário: dom Álvaro Núñez Cabeza de Vaca, fidalgo espanhol nascido em Jerez de la Frontera. Seu sobrenome incomum se devia a um antepassado do século XIII: Martín Alhaja, pastor espanhol que participou ao lado do rei castelhano Afonso VIII da Batalha das Navas de Tolosa contra os mouros, em 1212. Ao pastorear suas ovelhas, Alhaja colocou um crânio de vaca para marcar o caminho até o acampamento dos mouros. Assim, o rei cristão surpreendeu e derrotou o exército inimigo, na primeira vitória expressiva da reconquista do território espanhol. Afonso VIII transformou a “*cabeza de vaca*” em título nobiliárquico, que passou a ilustrar o brasão de armas da família.

Quando desembarcou na costa brasileira, Cabeza de Vaca já era um aventureiro lendário. Herói militar, condecorado por bravura na luta contra os rebeldes *comuneros* e na reconquista do Alcázar de Sevilha, na Espanha, entrou para a expedição de Pánfilo de Narváez ao Novo Mundo, em 1527. Explorou a Flórida com 600 homens, dos quais foi um dos 22 sobreviventes de uma jornada inglória em busca de ouro. Comeu a carne dos cavalos que montavam, último recurso de sobrevivência, e explorou a costa do México com embarcações improvisadas. Desbravou o golfo do rio Mississippi, onde um tornado fez sucumbir uma parte da flotilha com seus homens e o próprio Narváez.

Os que sobreviveram à intempérie foram capturados e mortos pelos indígenas americanos – Cabeza de Vaca foi um dos quatro sobreviventes, ao lado de Andrés Dorantes de Carranza, Alonso del Castillo Maldonado e o marroquino Estebanico. Viveu como escravo entre várias comunidades, como os charrucos e os avavares, onde se tornou conhecido como curandeiro, até escapar. Refugiado na Cidade do México, já sob domínio espanhol, retornou à Espanha em 1537. Aquele intrépido périplo lhe rendeu a nomeação de governador da província do Prata, com a missão de restabelecer o povoamento em Buenos Aires, já duas vezes fracassado.

Em vez de seguir por mar até o Prata, o futuro governador desembarcou em 1540 na ilha de Santa Catarina com 250 homens e 26 cavalos para transportar a carga. Percorreu o Peabiru e explorou a região do Guayrá (em espanhol) ou Guaíra (em português). Hoje estado do Paraná, era uma região de planalto com cadeias de montanhas que iam desde onde passava a linha de Tordesilhas até o rio Iguaçu, ao sul, o rio Paraná a oeste e, ao norte, o prolongamento do rio Tietê (“rio grande”, em tupi), que no maior trecho era também chamado de Anhembi – o “rio dos nhambus”, ave semelhante à galinha, abundante na região.

O nome Guaíra era atribuído ao cacique Guairacá, chefe guarani que combateu sucessivos *adelantados* (governadores) espanhóis.